

PONTO DE VISTA

- 1165 A obrigação do licitante em ofertar preços alinhados com o mercado segundo o TCU
Andrei Aguiar

DOCTRINA

- 1168 A sustentabilidade nos processos de contratação pública: a implementação de medidas concretas nas diferentes fases, etapas e atos
Suzana M. Rossetti
- 1177 Os riscos públicos e privados do PMI
Mayara Segalla Savoia Assef

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 1186 Intermediação de agentes de integração para acompanhamento de estagiários – Natureza jurídica do ajuste
- 1195 Habilitação fiscal e recurso – Retificação posterior ao término do prazo recursal e regularidade fiscal de imóvel em nome do sócio
- 1207 Lei das Estatais e dispensa de licitação – Interpretação dos termos “subsidiária” e “controlada”

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 1212 1. O que é o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) previsto na IN nº 05/17? Qual o seu objetivo e quais os cuidados na sua estruturação?
- 1214 2. Como deve ser contada a anualidade para fins de concessão das repactuações, inclusive das subsequentes à primeira? Qual a previsão da IN nº 05/17 a respeito?
- 1217 3. De acordo com o regime estabelecido pela Lei Complementar nº 123/06, todas as dispensas em razão do valor deverão ser celebradas com micro ou pequenas empresas? E se realizada cotação eletrônica?
- 1220 4. Diante de contradição entre cláusula de reajuste em ata de registro de preços, a qual estabelece preço fixo e irrevogável, e a minuta do contrato, que prevê a aplicação do INPC em doze meses da data de apresentação da proposta, o que deve prevalecer?

- 1222 5. Empresa pública pretende incluir serviços novos, mediante alteração qualitativa, em contrato envolvendo o desenvolvimento de solução de tecnologia da informação. À luz da Lei nº 13.303/16, o que fazer diante da discordância do contratado relativamente ao valor indicado para os serviços pretendidos?

- 1224 6. A Lei das Estatais permite a formalização de acordos de cooperação técnica e financeira?

- 1227 7. É possível prorrogar os prazos de execução e, conseqüentemente, de vigência, referentes a ajuste celebrado sob a modalidade de contratação integrada submetida ao RDC (Lei nº 12.462/11)?

- 1229 8. Em análise de razões e contrarrazões de recursos interpostos diante de declaração do vencedor em pregão eletrônico, o pregoeiro entendeu adequado rever sua decisão. Qual o procedimento a ser observado? É necessário reabrir a etapa recursal?

- 1232 9. Um contrato de prestação de serviços contínuos de limpeza em rede de esgoto teve sua execução suspensa por determinação judicial. É possível celebrar contratação emergencial para evitar a solução de continuidade dos serviços essenciais? Deveria ter sido contratado o segundo colocado na concorrência?

- 1235 10. A contratação de artistas por inexigibilidade de licitação pelas entidades do Sistema S deve ser realizada por intermédio de empresário exclusivo? Qual a orientação do TCU sobre a exclusividade do empresário?

1238 JURISPRUDÊNCIA

1247 TRIBUNAIS DE CONTAS

1255 LEGISLAÇÃO

1256 BLOG ZÊNITE